

Sucumbência

Portal do Conhecimento/ Sumulas / Sumulas do TJRJ e Tribunais Superiores

SÚMULA TJ Nº 41

REVISÃO DO VERBETE SUMULAR. In: DJERJ, ADM, n. 221, de 10/08/2018, p. 66.

NOVA REDAÇÃO: "QUANDO VENCIDO, O BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA DEVE SER CONDENADO NOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS, NA FORMA DO ART. 98, §2º. DO [CPC DE 2015](#)."

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº [0053332-81.2017.8.19.0000](#) - JULGAMENTO EM 05/03/2018 - RELATOR: DESEMBARGADOR REINALDO PINTO ALBERTO FILHO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

REDAÇÃO ANTERIOR: "QUANDO VENCIDO, O BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA DEVE SER CONDENADO NOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS, CONFORME DISPÕE A [LEI Nº. 1.060/50](#)."

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº. 2001.146.00006. JULGAMENTO EM 24/06/2002. RELATOR: DESEMBARGADOR MIGUEL PACHÁ. VOTAÇÃO UNÂNIME. REGISTRO DO ACÓRDÃO EM 13/09/2002.

SÚMULA TJ Nº 74

A CONDENAÇÃO NAS CUSTAS, MESMO PARA O RÉU CONSIDERADO JURIDICAMENTE POBRE, DERIVA DA SUCUMBÊNCIA, E, PORTANTO, COMPETENTE PARA SUA COBRANÇA, OU NÃO, É O JUÍZO DA EXECUÇÃO.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE (ART. 122 RI) Nº [2002.203.00001](#) (ENUNCIADO CRIMINAL Nº 08, DO TJRJ) – JULGAMENTO EM 04/08/2003 – VOTAÇÃO: POR MAIORIA – RELATOR: DES. J.C. MURTA RIBEIRO – REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 05/03/2004 – FLS. 565/572.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA TJ Nº 105

A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, FIXADA EM VALOR INFERIOR AO REQUERIDO, NÃO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, EM SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº [2005.146.00001](#) - JULGAMENTO EM 18/07/2005 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DESEMBARGADOR CÁSSIA MEDEIROS – REGISTRO DE ACÓRDÃO EM 26/12/2005 – FLS. 011200/011220.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA TJ Nº 145

SE FOR O MUNICÍPIO AUTOR ESTARÁ ISENTO DA TAXA JUDICIÁRIA DESDE QUE SE COMPROVE QUE CONCEDEU A ISENÇÃO DE QUE TRATA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 115 DO CTE, MAS DEVERÁ PAGÁ-LA SE FOR O RÉU E TIVER SIDO CONDENADO NOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº. [2008.018.00005](#) - JULGAMENTO EM 20/07/2009 – VOTAÇÃO: UNÂNIME - RELATOR: DESEMBARGADOR VALMIR DE OLIVEIRA SILVA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SUMULA TJ Nº 221

OS MUNICÍPIOS E AS FUNDAÇÕES AUTÁRQUICAS MUNICIPAIS RESPONDEM PELA VERBA HONORÁRIA DEVIDA AO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM CASO DE SUCUMBÊNCIA.

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0013675-45.2011.8.19.0000 - JULGAMENTO EM 22/11//2010 - RELATOR: DESEMBARGADORA LEILA MARIANO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 153

A DESISTÊNCIA DA EXECUÇÃO FISCAL, APOS O OFERECIMENTO DOS EMBARGOS, NÃO EXIME O EXEQÜENTE DOS ENCARGOS DA SUCUMBÊNCIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 306

OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER COMPENSADOS QUANDO HOUVER SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, ASSEGURADO O DIREITO AUTÔNOMO DO ADVOGADO À EXECUÇÃO DO SALDO SEM EXCLUIR A LEGITIMIDADE DA PRÓPRIA PARTE.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 326

NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, A CONDENAÇÃO EM MONTANTE INFERIOR AO POSTULADO NA INICIAL NÃO IMPLICA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 453

OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, QUANDO OMITIDOS EM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO, NÃO PODEM SER COBRADOS EM EXECUÇÃO OU EM AÇÃO PRÓPRIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 462

NAS AÇÕES EM QUE REPRESENTA O FGTS, A CEF, QUANDO SUCUMBENTE, NÃO ESTÁ ISENTA DE REEMBOLSAR AS CUSTAS ANTECIPADAS PELA PARTE VENCEDORA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STF Nº 519

APLICA-SE AOS EXECUTIVOS FISCAIS O PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA A QUE SE REFERE O ART. 64 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

1. A GRATUIDADE DE JUSTIÇA CONCEDIDA À PARTE NÃO SE ESTENDE AO PATRONO QUANDO SEU RECURSO ENVOLVER EXCLUSIVAMENTE A FIXAÇÃO OU MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA.

PRECEDENTES: APCV 2009.227.00884, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADA EM 17/04/2009. AGINST 2007.002.27102, TJERJ, 10ª C. CÍVEL, JULGADO EM 22/10/07.

28. OS MUNICÍPIOS E AS FUNDAÇÕES AUTÁRQUICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS RESPONDEM PELA VERBA HONORÁRIA DEVIDA AO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM CASO DE SUCUMBÊNCIA.

PRECEDENTES: APCV 2009.227.02514, TJERJ, 19ª C. CÍVEL, JULGADA EM 26/08/2009; APCV 2009.001.27949, TJERJ, 9ª C. CÍVEL, JULGADA EM 25/08/2009.

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 23

12.5 - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO

O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ENSEJA PAGAMENTO DA SUCUMBÊNCIA PELO RECORRENTE.

12.7 - PESSOA JURÍDICA - EXECUÇÃO DE VERBAS SUCUMBENCIAIS

A PESSOA JURÍDICA, VENCEDORA NO RECURSO, PODE EXECUTAR AS VERBAS SUCUMBENCIAIS EM SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL.

[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 65

1. OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA CONSTITUEM VERBA AUTÔNOMA, DE NATUREZA ALIMENTAR, PODENDO SER OBJETO DE REQUISIÇÃO ESPECÍFICA E INDEPENDENTE DO REQUISITÓRIO CORRESPONDENTE À CONDENAÇÃO DEVIDA À PARTE.

[AVISO TJ Nº 65, DE 11/12/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 17

13 - A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, FIXADA EM VALOR INFERIOR AO REQUERIDO, NÃO IMPLICA, NECESSARIAMENTE, EM SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

JUSTIFICATIVA: CONSOLIDOU-SE A JURISPRUDÊNCIA NO SENTIDO DE QUE, COMO O ARBITRAMENTO DA VERBA COMPENSATÓRIA É JUDICIAL, IRRELEVANTE O FATO DE O AUTOR NÃO TER SIDO ATENDIDO POR INTEIRO EM SUA PRETENSÃO, PARA O EFEITO DE FIXAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

REF.: RESP 488159/ES, STJ, 4ª TURMA, DJ 08/09/2003, P. 339

RESP 261168/SP, STJ, 4ª TURMA, DJ 15/10/2001, P. 778

APCV 2004.001.27308, TJERJ, 10ª C. CÍVEL, JULGADA EM 22/02/2005

APCV 2003.001.28427, TJERJ, 1ª C. CÍVEL, JULGADA EM 08/06/2004

[AVISO TJ Nº 17, DE 24/05/2005](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 56

II - ENUNCIADOS CÍVEIS:

10.5 - NAO RECONHECIMENTO DO RECURSO - O NÃO RECONHECIMENTO DO RECURSO ENSEJA PAGAMENTO DA SUCUMBÊNCIA PELO RECORRENTE.

10.7 - PESSOA JURÍDICA - EXECUÇÃO DE VERBAS SUCUMBENCIAIS - A PESSOA JURÍDICA, VENCEDORA NO RECURSO, PODE EXECUTAR AS VERBAS SUCUMBENCIAS EM SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL.

[AVISO TJ Nº 56, DE 11/11/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 32

II - ENUNCIADOS CÍVEIS:

21) NÃO SÃO DEVIDAS CUSTAS, QUANDO OPOSTOS EMBARGOS DO DEVEDOR. NÃO HÁ SUCUMBÊNCIA, SALVO QUANDO JULGADOS IMPROCEDENTES OS EMBARGOS.

[AVISO TJ Nº 32, DE 29/06/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 17

ENUNCIADOS CÍVEIS:

ENUNCIADO 27 - O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ENSEJA PAGAMENTO DA SUCUMBÊNCIA PELO RECORRENTE.

[AVISO TJ Nº 17, DE 16/06/1998](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 18

ENUNCIADOS FINAIS – CÍVEIS

V - NÃO HÁ OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO DE CUSTAS QUANDO OPOSTOS EMBARGOS DO DEVEDOR E IMPOSIÇÃO DE ÔNUS SUCUMBENCIAIS, SALVO QUANDO JULGADOS IMPROCEDENTES OS EMBARGOS. (POR UNANIMIDADE)

[AVISO TJ Nº 18, DE 22/10/1997](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 08

ENUNCIADO Nº 4

NÃO HA IMPOSIÇÃO DE ÔNUS SUCUMBÊNCIAS NA HIPÓTESE DE ANULAÇÃO DA SENTENÇA NAS TURMAS RECURSAIS.

ENUNCIADO Nº 5

PROVIDO O RECURSO DA PARTE VENCIDA, O RECORRIDO NÃO RESPONDE PELOS ÔNUS SUCUMBÊNCIAS.

[AVISO TJ Nº 8, DE 21/08/1997](#)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br